

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

1

Ata referente a Audiência pública do Pré-Edital de Concessão Florestal nas Florestas Estaduais (FLOTAS) do Paru e do Iriri

4

5 Aos vinte e dois dias de janeiro de 2026, às 09h30, iniciou-se, no Centro Gastronômico
6 e Cultural de Almeirim/Para, Avenida Beira Rio, s/n, Centro, CEP: 68.230-000,
7 Almeirim/Pará, a Audiência Pública referente ao Pré-Edital de Concessão Florestal nas
8 Florestas Estaduais do Paru e Iriri. Representando o Instituto de Desenvolvimento
9 Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará – IDEFLOR-Bio, estavam Cintia da
10 Cunha Soares, Gerente de Contratos de concessão florestal na Diretoria de Gestão de
11 Florestas Públicas de Produção – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Thais de Nazaré Oliveira
12 Novais, Gerente de Planejamento e Análises Florestais - DGFLOP/IDEFLOR-Bio,
13 Joanísio Cardoso Mesquita, Analista Ambiental da Regional do Baixo
14 Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio, Jossiele da Costa Fernandes, Analista Ambiental
15 – DGFLOP/IDEFLOR-Bio, Ellivelton de Carvalho da Cunha, Diretor de Gestão e
16 Monitoramento de Unidades de Conservação – DGMUC/IDEFLOR-Bio, Atila Santos
17 Brandão, Técnico em Gestão de Pesca e Aquicultura- DGMUC/IDEFLOR-Bio, Itajury
18 Henrique Sena Kishi, Gerente Regional da Calha Norte 1 – GRCN1/IDEFLOR-Bio,
19 Graciolândio França da Costa, Gerente Regional da Calha Norte 3 - GRCN3, Wenden
20 José Mota da Silva, Analista Ambiental da Regional do Baixo Amazonas/Santarém–
21 IDEFLOR-Bio, Gabriel Silva Almeida, Analista Ambiental da Regional do Baixo
22 Amazonas/Santarém– IDEFLOR-Bio. Representando o Banco Nacional de
23 Desenvolvimento e Sustentabilidade (BNDES), Robson Eneas de Oliveira, Chefe do
24 Departamento de Estruturação de Projetos de Infraestrutura Socioambiental na BNDES,
25 e representando o consorcio contratado, os consultores Bruno Carnelosso e Arisa
26 Oshima, da empresa Radar PPP. Iniciando às 09:30, o Gerente da GRCN3 Graciolândio
27 da Costa realizou a abertura da Audiência Pública, dando boas-vindas a todos os
28 presentes e àqueles que assistem online ao vivo, conferindo a condução da audiência
29 pública a partir de então para Cintia Soares. Às **09h32**, **Cintia Soares** inicia a audiência
30 pública de fato, apresentou-se como engenheira florestal e Gerente de Contratos de
31 Concessão Florestal do IDEFLOR-Bio, tendo a audiência pública o objetivo de
32 apresentar o Pré-Edital de Concessão Florestal para Concessão Florestal nas florestas
33 estaduais do Paru e Iriri. A mesa de abertura foi composta pelo vice-prefeito de Almeirim
34 Bruno Brilhante, o Diretor de Gestão e Monitoramento de Unidades de Conservação –
35 DGMUC/IDEFLOR-Bio, Ellivelton Carvalho e pelo Presidente da Câmara de Vereadores

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

36 Ederson Camarão. No pronunciamento da mesa de abertura, Ellivelton Carvalho,
37 apresenta-se, expõe brevemente o trabalho realizado pela DGMUC no gerenciamento
38 das 29 Unidades de Conservação, agradece as lideranças presentes, ao Presidente da
39 câmara de vereadores, municípios e todos os presentes. Posteriormente, o Presidente
40 da câmara de vereadores, expõe que a Câmara de Vereadores de Almeirim apoia o
41 projeto, apoia o desenvolvimento, e a necessidade de deixar “amarrado” pontos
42 importantes para a contemplação do município de Almeirim/Pará, para não cometer os
43 equívocos cometidos na concessão que ocorre em Almeirim, onde os ganhos de
44 Almeirim são pequenos demais. Ressalta a parceria necessária com o IDEFLOR-Bio,
45 Câmara de vereadores e demais atores para garantir o desenvolvimento de
46 Almeirim/Pará, para contemplar a população que ainda é pobre em relação a emprego,
47 renda e educação. Ressalta de que não são contra ao projeto, mas querem os ganhos
48 em benefícios para o município de Almeirim/Pará. Em seguida se pronuncia Bruno
49 Brilhante, vice-prefeito de Almeirim/Pará, agradecendo aos presentes, tais como
50 Sindicato dos trabalhadores Rurais, Colonias de Pescadores, Vereadores, e demais
51 presentes. Segundo ele a posição do governo municipal que está sendo alinhada desde
52 o dia anterior com a equipe técnica do IDEFLOR-Bio, a posição da gestão municipal é
53 de respeito às comunidades tradicionais, culturas e tradições. Garantir que os
54 problemas que tiveram anteriormente não ocorram na nova concessão, garantir o direito
55 dos extrativistas como Dona Maria Jorge, garantir que o desenvolvimento contemple o
56 município de Almeirim, priorizando a geração de emprego, renda, desdobramento de
57 madeira no interior de Almeirim. A posição do governo é firme em apoio ao projeto de
58 concessão desde que os recursos, empregos e respeito as atividades já realizadas
59 sejam respeitados da forma como já estão consolidadas. Cintia Soares desfaz a mesa
60 e inicia a apresentação do Pré-Edital em parceria com o BNDES. Como Gerente de
61 Contratos de Concessão Florestal do IDEFLOR-Bio, informa sobre a dinâmica de
62 participação dos presentes na audiência pública, quem quiser realizar perguntas
63 imediatamente poderá chamar Thais Novais ou Joanísio Mesquita e fazer suas
64 perguntas de forma escrita, que será lida posteriormente ou aguardar o término da
65 apresentação do Pré-Edital para realizar suas perguntas no microfone, ou caso prefiram
66 podem perguntar no decorrer da apresentação. A Gerente, então, dá início a
67 apresentação, destacando aos presentes que o Pré-Edital é uma parceria do IDEFLOR-
68 Bio com o BNDES e um consórcio de consultores, tais como a RADAR PPP, Evergreen,
69 IFT e Portugal Ribeiro & Jordão, com experiência e qualidade em trabalhos realizados
70 dessa monta. Informa que o IDEFLOR-Bio gerencia atualmente 11 contratos de

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

71 concessão florestal de floresta nativa e 01 contrato de restauração florestal. O manejo
72 florestal nas concessões é um processo, uma administração da retirada madeira de
73 forma sustentável e controlada, conservando o crescimento e recuperação natural da
74 floresta, como deve ser. Onde as áreas concessionadas são divididas em unidades de
75 produção anual - UPA's, com realização de inventário florestal de 100%, e como
76 demonstrando na figura, exemplifica que em 01 hectare são colhidas de 5 a 6 árvores
77 maduras passíveis para serem retiradas, das cerca de 200 árvores. É realizado o
78 monitoramento em campo pela equipe técnica e remotamente através de imagens de
79 satélite, comprovando que manejo florestal não é desmatamento, conforme imagens
80 exibidas na audiência, onde é constatado a regeneração da floresta no período de 07
81 anos. A concessão dentre outros benefícios aos municípios que detém o projeto têm-se
82 a formalização das atividades econômicas locais e regionais, e também os valores da
83 repartição de benefícios realizados anualmente, a exemplo do município de Almeirim
84 que recebeu até o ano de 2025 o valor de R\$6.953.264,91 (seis milhões novecentos e
85 cinquenta e três mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos),
86 estabelecido em lei, referente ao percentual do valor pago da produção anual do
87 concessionário. Há também benefícios como estímulos a capacitação e pesquisa,
88 garantindo o respeito aos extrativistas locais, além de a concessão florestal ser uma
89 medida eficiente contra o desmatamento e a invasão de terras públicas. Quanto a
90 benefícios sociais, as comunidades que sentem o impacto direto das concessões
91 flotrstais receberam, em investimentos, a partir do indicador social - A2, o valor
92 correspondente a R\$1.006,093,00 (um milhão, seis mil e noventa e três reais) em kits
93 de energia solar, demanda levantada pelas próprias comunidades. Os projetos de
94 concessão são todos fundamentados em legislação e normas, como principal a lei
95 federal 11.284/2006 (Lei de Gestão de Florestas Públicas), lei federal 14.133/2021 (Lei
96 de Licitações e Contratos), e demais leis e normativas infralegais. Ressalta-se que na
97 FLOTA Paru o IDEFLOR-Bio cumpre o objetivo da unidade de conservação nesta
98 categoria, a saber, uso múltiplo dos recursos florestais, com a implementação da
99 concessão florestal. Quanto ao Pré-Edital, no PARU serão aproximadamente 596 mil
100 hectares para concessão florestal, 458 de efetivo manejo, com prazo de 32 anos
101 podendo ser prorrogado por mais 8 anos, com uma estimativa de 322 mil m³ de madeira
102 por ano, em mapa mostra-se aos presentes as unidades de manejo, a UMF VI-A, VIII-
103 A, X e XI, onde os castanhais não estão contemplados nas áreas destinadas para
104 concessão florestal, e a gerente informa que a decisão foi realizada a partir de diálogos
105 realizados anteriormente com comunidades e seus representantes, no Distrito de Monte

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

106 Dourado e na comunidade do Recreio. Seguindo a apresentação do Pré-Edital por
107 Robson Oliveira do BNDES, com os principais aspectos do Pré-Edital. Sobre o BNDES
108 explica que o banco é um banco federal de desenvolvimento, e apoio a Estados e a
109 União em projetos complexos de longo prazo, ante a isso os projetos de concessão
110 florestal são vistos pelo BNDES como de desenvolvimento e preservação ambiental de
111 longo prazo, por isso o BNDES está atuando junto ao IDEFLOR-Bio, trazendo mudanças
112 e melhoramentos através de aprendizados com as concessões vigentes. O contrato de
113 concessão florestal é um documento entre duas partes, IDEFLOR-Bio e concessionário,
114 trazendo direitos e obrigações para as partes, a principal obrigação é a execução do
115 manejo florestal sustentável, através do direito de retirada da madeira, produtos não
116 madeireiros, serviços e créditos de carbono, seguindo ao plano de manejo florestal
117 sustentável que deve ser apresentado pelo concessionário e aprovados pelos órgãos
118 competentes. Demais obrigações como proteger as UCs, e as obrigações sociais, trazer
119 benefícios para o território, que já eram pensados desde os editais anteriores e foram
120 aprimorados neste Pré-Edital. Sobre indicadores, temos: Indicadores classificatórios,
121 encargos acessórios e indicadores bonificadores, desde a fase da licitação, com
122 propostas apresentadas na licitação e que devem ser vinculadas como obrigação
123 contratual na assinatura do contrato e que o não cumprimento poderá acarretar sanções
124 administrativas. Um deles é o Indicador social - A2, um valor em dinheiro,
125 “R\$/hectare/ano, oferecido pelos concorrentes no trâmite licitatório a ser investido nas
126 comunidades no entorno, através de demandas das comunidades, diretamente pelo
127 concessionário. Exemplificando, R\$ 500,00 mil reais por hectare por ano, multiplicado
128 pelo prazo do contrato tem-se o total a ser investido em benfeitorias para comunidade,
129 na base de 15 milhões durante os anos contratuais. Robson destacou o indicador A3
130 (fomento à geração de empregos e à dinamização da economia local - plantas de
131 processamento local da madeira), e explicou sobre as categorias previstas neste
132 indicador. Indicadores bonificadores, são itens que caso realizados pelos
133 concessionários traz ganhos ao mesmo, fez algo listado como bonificador recebe um
134 benefício de acordo com o listado em contrato, não realizou não recebe benefícios. Não
135 possui natureza obrigatória como no caso dos indicadores classificatórios. A exemplo
136 do indicador bonificador B3, emprego de comunidades locais, o concessionário é
137 incentivado a cumpri-lo, porém não é obrigado. Há perdas ao concessionário caso não
138 realize um bonificador? Pergunta o senhor Bené. Em resposta, Robson explica que não,
139 no caso do indicador bonificador, o concessionário deixa de ganhar um benefício, serão
140 punidos apenas se não cumprirem um indicador classificatório. Explica sobre os

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

141 encargos acessórios, que são aqueles que não há ganhos diretos sobre o contrato de
142 concessão, e sim indiretos a partir das ações e medidas realizadas em prol das áreas
143 de concessão e da conservação florestal. Tais como pesquisa científica/acadêmica,
144 monitoramento da unidade de conservação, fiscalização florestal, educação ambiental
145 e recursos para comunidade indígenas. Sobre propostas econômicas de maior preço é
146 um risco a concessão florestal, quando os concorrentes oferecem valores altos que
147 podem se tornar impraticáveis economicamente, a concessão não é executável e se
148 perde o objetivo e todo o trabalho. Podem concorrer empresas, cooperativas, fundo de
149 investimentos, instituições financeiras, e demais pessoa jurídicas que possuem
150 capacidade e que não estão devendo ao poder público. Seguindo, Robson, apresentou
151 o cronograma e mostrou onde estamos e para onde vamos. Após as 03 audiências
152 públicas, o Pré-Edital deve ser submetido para análise dos procuradores autárquicos da
153 Procuradoria Geral do Estado, lotados no IDEFLOR-Bio, para possíveis ajustes e
154 demais fases a serem realizadas exigidas legalmente, e que de acordo como
155 cronograma o contrato deve ser assinado em maio de 2026. Finalizada a apresentação,
156 Cíntia Soares imediatamente abriu para perguntas e contribuição dos presentes.
157 Otacilio Franci Alves – Ex - Vereador de Almeirim, e atualmente presidente da
158 Associação dos Moradores Agroextrativistas das Comunidades - ASMACARU,
159 questiona que são 32 anos de exploração, porque será realizado por uma empresa de
160 fora. Segue dizendo que os castanheiros estão nas áreas destinadas a concessão a 49
161 anos, e debatem com os concessionários na mesa de negociação, que qualquer
162 negociação é melhor que briga com armas. Quanto ao Pré-Edital, ratifica que os
163 benefícios do Indicador A2 devem ser aplicados, e que àqueles que ele representa estão
164 de acordo com ele, conforme se apresenta. Do mesmo modo, os trabalhos realizados
165 pelo atual Gerente da GRCN1, Lândio, é muito bom e está de acordo com a política de
166 governo no Estado, e do município de Almeirim. Segue falando que não querem ser
167 uma comunidade centenária, que passa fome, querem também desenvolvimento e
168 respeito ao que já é realizado na região, atualmente está em construção uma estrada
169 que liga os castanhais além da aquisição de um caminhão para escoar a produção, há
170 também uma agroindústria sendo reativada. Mas que para isso os castanheiros
171 precisam de mais organização, pois a sociedade organizada é ouvida. Quanto aos
172 produtos florestais não madeireiros, caso não compense financeiramente, as
173 comunidades preferem trabalhar com os não madeireiros. Educação de qualidade,
174 assistência à saúde e fomento ao seguimento da castanha, parceria, é o exigido através
175 da compensação da concessão florestal. Se houver o tripe, de governo do estado,

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

176 população e governo municipal, o projeto será um sucesso. Oseias Cardoso, Diretor de
177 políticas Públicas, representa o Setor Madeireiros do Vale do Jari além da Federação,
178 morador do Vale do Jari, afirma que manejo florestal não é desmatamento, que realiza
179 trabalhos nacionais e internacionais com a monta do manejo florestal sustentável.
180 Continua expondo que da madeira precisa-se trabalhar com tudo, não apenas a madeira
181 em si, mas que sejam os não madeireiros também. Sugere a inclusão no edital das
182 convenções a OIT – Organização Internacional do Trabalho, liberdade sindical para
183 ordos e convenções coletivas, saúde e segurança do trabalho, alinhados o célo verde
184 ou FSC. Continua falando que a riqueza e a miséria são vistas na região juntos, então
185 os planos de manejo, as concessões florestais são importantes para desenvolver a
186 região de forma sustentável, sendo importante a origem da madeira, através do plano
187 de manejo sustentável. Ressalta a organização da sociedade civil em todos os níveis
188 inclusive os pequenos e médios. Não são contra ao projeto, apenas querem proteção
189 social, são seus filhos e amigos que irão executar os trabalhos, e precisam de cuidado
190 e respeito. Serrarias locais com madeira de origem legal, requerem qualificação
191 profissional. E finaliza ratificando que são a favor do projeto de concessão, podem e
192 devem explorar nossas riquezas. Cintia agradece a fala e ratifica que a certeza de que
193 manejo não é desmatamento, e que a saúde e segurança no trabalho das concessões
194 já é monitorada há muito tempo pelo IDEFLOR-Bio. Professor Elias Lobato (Vereador)
195 propõe ao Pré-Edital, na tabela 1 no Indicador A3 sobre beneficiamento da madeira,
196 sugere que a abertura para beneficiamento na “circunvizinhança” seja suprimida, que a
197 madeira seja beneficiada especificamente/exclusivamente no município de Almeirim,
198 município da concessão florestal. Cintia, sobre isso “a circunvizinhança” está em
199 discussão no IDEFLOR-Bio, porém estão sendo analisadas formas de incentivo para
200 serem beneficiadas em Almeirim/Pará. Raimundo Carlos L. Barbosa, presidente da
201 APRIMORE e membro da Jari Celulose: agradece a Prefeita e ao Vice-Prefeito à
202 população por trazerem o debate que gera preocupação e sustentabilidade. O contrato
203 deve ser realizado com cautela, visto a importância do projeto que trará renda e
204 desenvolvimento. Agradece e parabeniza o Governo do Estado por trazer a discussão
205 ao município de Almeirim, trazendo desenvolvimento. Com 25% da madeira beneficiada
206 em Almeirim, seria criado, aproximadamente, 150 empregos para Almeirim, sendo a
207 cláusula específica dos contratos de concessão, sendo que as concessões já
208 contemplam o emprego direto como exemplo da CEMAL e SEGREDO. E, suscita
209 também o problema da regularização fundiária, que é um gargalo municipal que poderá
210 ser resolvida pelo Estado. Cintia fala sobre a importante fala de Raimundo, o controle

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

211 da empregabilidade e a importância do manejo por concessão florestal. E que o
212 levantamento da empregabilidade pela associação, é um termômetro importante que
213 comprova a efetividade do desenvolvimento advindo da concessão. A diferença entre o
214 manejo privado e a concessão florestal é o monitoramento do Estado. Professora
215 Raimunda Silva representando a Comunidade de Acarapi, fala que diante das
216 exposições pode-se ver os pontos negativos e positivos. A comunidade do Acarapi é
217 muito impactada porque todo o escoamento é pelo Acarapi, inclusive as novas
218 concessões e a empresa privada 3P. Ocorrem impactos em todas as áreas, em
219 crianças, idosos e comunidade em geral, e mesmo assim a comunidade está deserta,
220 não possuem benefícios nenhum, já pediram ajuda ao IDEFLOR-Bio e não obtiveram
221 resultados. Ocorreu a distribuição da energia solar, mas necessitam de outros
222 benefícios para o desenvolvimento da comunidade. A professora Raimunda questiona
223 “Qual benefício ou apoio que será direcionado à comunidade do Acarapi?” e faz um
224 apelo também aos Vereadores, Vice-prefeito e Secretário presente. Ressaltando que a
225 proposta da Comunidade é não deixar que o porto da Comunidade seja utilizado pelas
226 concessões florestais diante da ausência de apoio à comunidade, porque para quem
227 está de fora parece que está tudo bem, porém quem está na comunidade a realidade é
228 diferente, além da falta de apoio, há também impedimentos de realizar práticas comuns
229 tipo, retirar madeira pra canoas, fazer casas. Cintia, agradece a professora e concorda
230 que traz impactos sociais negativos às comunidades, em especial ao Acarapi que está
231 localizado o porto de saída da madeira. O IDEFLOR-Bio entendeu que tinha que estar
232 presente para fazer o concessionário cumprir o A2, por isso fazemos reuniões para
233 coletar as demandas das comunidades. Trouxe também neste novo edital os encargos
234 acessórios, ressaltando o macrotema 4 com o desenvolvimento do entorno da UMF, o
235 que pode trazer mais apoio às comunidades, como a do Acarapi. Aderlio Gomes da
236 Silva faz parte da Comunidade do Recreio e Cafetal, de todas as comunidades.
237 Agradeceu aos organizadores do evento, ao Estado e ao município de Almeirim/Pará,
238 extrativista da castanha, de cipó, de mais produtos da floresta como breu, andiroba, e
239 quer apenas agradecer a organização da Audiência Pública pelo direito de se expressar.
240 Vem fazer o apelo para que o Governo Federal e Estadual esteja mais próximo dos
241 ribeirinhos, é a favor das concessões, mas não quer que coloque em risco os
242 comunitários. As comunidades estão sofrendo impactos das concessões, impactos nas
243 plantações, a retiradas das árvores espantam os animais e diminuem a oferta de matéria
244 prima tais como cipó. Apela que os monitoramentos sejam realizados por pessoas que
245 realmente andem no mato e não fiquem só no carro como existem em sua maioria.

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

246 Ainda apela que durante as atividades de manejo, como o arraste, os maquinários
247 enterram os ouriços da castanha, não derruba a castanheira, mas enterram o pé das
248 arvores o que impede as coletas, e isso é especificamente na área da CEMAL, do Seu
249 Evandro. Cintia responde duas questões do Adélio que foram importantes, a CEMAL
250 possui concessão florestal, a qual não é dono área, pois é do estado e está sob gestão
251 do IDEFLOR-Bio, e possui sua área privada que faz fronteira com a FLOTA a qual seu
252 Evandro é proprietário, portanto dono. A presença do IDEFLOR-Bio nas áreas
253 concessão são monitoradas pela equipe do IDEFLOR-Bio e seus relatórios estão
254 disponíveis no site do IDEFLOR-Bio. Vereador Edson Glacial, expõe sobre a
255 importância da audiência pública no município, reforça a fala do Presidente da Câmara
256 de Vereadores e do Vice-prefeito. Ratifica o beneficiamento da madeira no município,
257 geração de renda direta e indireta e a infraestrutura dos ribeirinhos, como pontes,
258 cadeiras de roda, trapiches etc. É importante atenção no momento da construção do
259 contrato. Além de se colocar como fiscalizador das concessões florestais, que o que foi
260 prometido seja executado. É a favor da concessão florestal, do desenvolvimento, desde
261 que o povo mais pobre seja incluído. Finaliza convidando a todos para participarem das
262 audiências na Câmara Municipal de Vereadores. Cintia, ressalta a importância da
263 atuação da Câmara de Vereadores. Dona Maria Jorge, apoia a concessão florestal, e
264 reivindica que a Prefeita olhe pelos castanhais. Continua informando que estão com
265 dificuldade com financiamentos do governo, isso dificulta um melhor pagamento aos
266 trabalhadores, quando no tempo de José Neves a produção de 25 mil barricas de
267 castanha. E continua, Dona Maria Jorge disse que era contra, mas agora que ela viu
268 que foram tirados os castanhais, representando os castanheiros da FLOTA PARU, e
269 agora são a favor. Pede que o IDEFLOR-Bio lute por eles, porque são abandonados
270 pela Prefeitura e pelo Estado. Acrescenta que tem muita exploração de madeira ilegal.
271 Ela cobra a presença de Estado nas áreas de exploração ilegal de madeira na FLOTA,
272 pede apoio para infraestrutura para o escoamento da castanha no porto do Puxuri.
273 Pergunta de onde será tirada a madeira inicialmente, se pelo lado direito ou esquerdo,
274 por onde vai iniciar a concessão? Relata que a saúde é precária nas comunidades do
275 Puxuri, não há posto de saúde, as pessoas com malária não possuem atendimento pela
276 ausência de atendimento para a comunidade. Finaliza agradecendo a Audiência
277 Pública, e ratifica que os castanheiros que ela representa estão de acordo com a
278 concessão. Cintia explica sobre o início das atividades da concessão, e que logística
279 de escoamento da madeira ainda está sendo avaliada de forma muito criteriosa, visto
280 que a área apresenta relevo muito acidentado, e que quanto a saúde e educação, são

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

políticas públicas básicas que devem ser fomentados junto ao município. A partir das reuniões anteriores realizadas com os castanheiros do Rio Paru, além da retirada das áreas de castanhais da concessão, informa que o projeto dos barracões para o Puxuri já possui verba, e será executado. Gean Carlos extrativista do Alto Jari expõe que a concessão vai trazer impactos para os extrativistas da área deles, com a proliferação de pragas, afetando na diminuição de produção deles. Questiona por que os castanhais do Paru foram excluídos e as áreas do Jari não foram excluídas. Segundo ele é necessária uma vistoria melhor, da forma que está indo estar caminhando para o confronto, para o caos. Cintia, agradece e sugere uma reunião em separado após a audiência pública, o Sr. Gean concorda. Vice-prefeito de Almeirim/Pará Bruno Brilhante, expõe seu incomodo com um desrespeito que é o pré-edital permitir ao concessionário a exploração de produtos não madeireiros, segundo ele, que os castanheiros tais como Dona Maria Jorge, possam ser afetados. Solicita também a retirada da possibilidade de beneficiamento da madeira na circunvizinhança, que seja exclusivamente em Almeirim, podendo trazer penalizações à concessionária que descumprir. Que seja privilegiada a mão de obra local, e que seja realizada fiscalização conjunta entre município e estado, inclusive nas questões fiscais que impactam Almeirim. Expõe que eles não são contra, mas que já existe uma atividade econômica consolidada. Continua dizendo não concorda que o concessionário possa explorar não madeireiros, como a castanha-do-Pará. Solicita que seja implantado no município uma planta de desdoblamento da madeira, e que haja respeito e garantias aos castanheiros do Rio Paru, e enfatiza que é o posicionamento da Prefeita para o Estado. Cintia responde que quanto a castanha é um ponto já pacificado, os concessionários deste edital não poderão explorar castanha-do-Pará na FLOTA do Paru em respeito aos extrativistas, em que será explicitado na minuta do contrato. Lucenira Balheiro dos Santos professora da Comunidade Recreio, pede benefícios para a comunidade, que não possuem água encanada, pontes ou qualquer infraestrutura. Além do governo as empresas também podem potencializar os investimentos e realizar mais rapidamente as obras e benfeitorias para a comunidade. A AMASCARU está pronta para lutar juntamente com quem chegar para ajudar. Cintia, em resposta à Professora Lucenira mostrou as demandas atendidas por concessionárias em outros territórios, tais como reforma de escola e construção do posto de saúde, explicitando que é possível investir nas demandas das comunidades, bem como realizar demandas de forma conjunta. Wallace Galvão de Carvalho Junior, Secretário Especial de Governo, agradece ao IDEFLOR-Bio em nome do Presidente Nilson Pinto por abrir o diálogo com a comunidade, sendo um

Governo do Estado do Pará

Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará –
IDEFLOR-Bio

316 renomado Instituto, continua expondo que atualmente o IDEFLO-Bio se abre ao
317 diálogo, e quando não houver mais diálogo a comunidade irá buscar mais diálogo.
318 Agradece o esforço e a vinda dos comunitários, o BNDES, além de estar grato pelo novo
319 processo, novo edital, e expõem que, neste novo edital, possamos corrigir possíveis
320 falhas que ocorrem em contratos anteriores, mas que já se apresenta como evolução.
321 Agradece e parabeniza Cíntia Soares e ao Robson BNDES pela excelente condução da
322 Audiência Pública, além de todo o time do IDEFLO-Bio presente. E ratifica a
323 importância da concessão para o desenvolvimento dos municípios. Cintia, Agradece ao
324 Secretário Wallace, e reforça a importância da concessão florestal para a
325 sustentabilidade. Prosseguindo aos ritos finais, agradece ao Secretário de Estado
326 Wallace, ao município de Almeirim/Pará em nome no Vice-Prefeito, agradece à equipe
327 do gerente da FLOTA do Paru, Landio e demais colegas do IDEFLO-Bio. Agradece
328 também ao BNDES e a Radar PPP pela presença e parceria. Enfatiza que a audiência
329 ocorreu em paz, com pontos importantes colocados por todos, com contribuições muito
330 qualificadas. Informa que, após, a audiência a Ata será finalizada e os pontos colocados
331 por todos os participantes da Audiência Pública e pela Prefeitura anteriormente serão
332 analisados criteriosamente. Será realizado um relatório com as sugestões e
333 contribuições das Audiências públicas que seja publicizado pelo IDEFLO-Bio e
334 enviado a Prefeitura de Almeirim, caso solicite. Cintia Soares agradeceu a presença de
335 todos, e encerrou a audiência Pública às 12h55. E não havendo mais nada a declarar,
336 eu, Jossiele da Costa Fernandes, lavrei esta ata e que vai ser assinada por mim.

Jossiele da Costa Fernandes

Analista Ambiental/Eng. Ambiental
Gerência de Gestão de Contratos de Concessão
GECON/DGFLOP